

# TODOS JUNTOS PELA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL EM MINAS GERAIS

# MINAS+ FORTE DO QUE NUNCA



5. Fomentar a estruturação de unidades da Defensoria Pública para atuação permanente nas unidades prisionais visando a realização de atendimento sistemático aos presos e aos que estão em gozo de algum benefício.
6. Valorização profissional dos Policiais Civis, Militares, Bombeiros Militares, Agentes de Segurança Prisional, Servidores da Defesa Social.
7. Fortalecer e democratizar o Sistema Integrado da Defesa Social.
8. Consolidar e fortalecer o Conselho Estadual de Defesa Social.
9. Fortalecimento da Polícia Civil de Minas Gerais, aumentando sua capacidade de investigar os crimes cometidos.
10. Fixar e firmar a competência, as prerrogativas e atribuições das instituições policiais e Bombeiros Militares no âmbito do Estado.
11. Ampliação do número de unidades prisionais administradas pelas APACs (Associação de proteção e assistência ao condenado).
12. Intensificar as ações e programas que apontem para a efetiva ressocialização e humanização aplicando medidas sócio-educativas, avançando na direção da municipalização da pena.
13. Reestruturação das Subsecretarias de Administração Prisional e de Medidas sócio-educativas consolidando e formalizando a atribuições de seus operadores.
14. Implementação de Programa Estadual de Combate ao comércio e ao uso do Crack.
15. Promover maior interação da Subsecretaria de Políticas Antidrogas com as Secretarias de Saúde e educação, para atender aos programas de prevenção, tratamento e recuperação de dependentes químicos via subvenção e convênios, com vistas ao enfrentamento estratégico desse problema que tem dizimado famílias e a juventude e assim enfraquecendo o tráfico.

Para isso acontecer, vamos todos juntos eleger:

Dilma 13 - Presidente • Hélio Costa 15 - Governador  
Patrus - Vice • Pimentel 133 - Senador • Zito 650 - Senador

[www.heliopatrus15.com.br](http://www.heliopatrus15.com.br) - (31) 3888-1515 / 3888-1500

**M**inas Gerais vive hoje uma crescente onda de assaltos, seguidos de assassinatos que na maioria das vezes está ligado ao tráfico de drogas, gerando assim, graves problemas de violência. Essa situação faz surgir um sentimento de insegurança que contamina a sociedade e exige dos governantes políticas públicas que combatam eficazmente o crime e suas causas.

A impunidade não é um caso de polícia e deve ser combatida em um esforço conjunto do Estado com a sociedade. É uma luta coletiva de todos os órgãos e profissionais da Segurança Pública apoiados pelo aparato governamental e pela participação solidária e comprometida do Executivo, do Legislativo e do Judiciário.

A defesa da sociedade exige uma política de segurança pública com execução de um trabalho preventivo e científico das polícias. Uma iniciativa que valoriza e aprimora o serviço público na área da segurança pública.

O combate à impunidade caminhará junto com a política de inserção social de segmentos marginalizados que foram lançados nos braços da criminalidade e do tráfico e do tráfico de drogas.

Vamos estabelecer uma política remuneratória condizente com a importância que a sociedade atribui à área da Segurança Pública e Defesa Social.

O Conselho de Defesa Social será fortalecido de tal forma que no plano Federal, Estadual, e Municipal serão asseguradas iniciativas voltadas para defender e aprofundar os direitos fundamentais da cidadania e da democracia.

O controle da violência e da criminalidade em Minas Gerais vai combinar a prevenção social e a redução da impunidade.

## PARA ISSO O GOVERNO HÉLIO +PATRUS PROPÕE UMA POLÍTICA DE GOVERNO PARA O ENFRENTAMENTO DA CRIMINALIDADE:

1. Aumento do número de policiais nas ruas, fortalecendo o policiamento a pé e a polícia comunitária.
2. Fortalecimento das regiões integradas de segurança pública com a criação de políticas locais de enfrentamento da criminalidade.
3. Implantação do Programa TERRITÓRIOS DA PAZ nos bairros, aglomerados, e municípios com maiores índices de violência.
4. Parceria com as universidades para pesquisa e desenvolvimento de novas metodologias e padronização de ações na apuração do crime, além da elaboração e implantação de um manual básico padrão de ação policial para institucionalizar a qualidade da ação policial.